



**TERMO DE CONTRATO Nº 011/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEL DE ESCRITÓRIO (ARMÁRIO DE AÇO) QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI-RJ E A EMPRESA FIX OFICCE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME.**

A PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI, com sede na Avenida Presidente Lincoln, n.º 899 – Vilar dos Teles – RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.336/0001-05, neste ato representada pelo Prefeito, **SANDRO MATOS PEREIRA**, portador da carteira de Identidade nº 079696598-IFP/RJ, inscrito no CPF nº 006.916.607-27, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **FIX OFICCE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME**, com sede a Rua Marechal de Abreu Lima, nº 51, sala 303, Bairro Realengo, Rio de Janeiro, CEP 21.735-240 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.118.982/0001-90, neste ato representada na forma de seu contrato social pelo Senhor, **IGOR SANTOS DE PAULA**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 01299024476 expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF nº 087.115.087-52, domiciliado e residente à Rua Doutor Heliodoro Balbi nº 324, Guadalupe, Rio de Janeiro, CEP 21.660.310, daqui por diante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente contrato de empresa para aquisição de móvel de escritório (armário de aço), com fundamento no processo administrativo 7517/2014, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de móvel de escritório (armário de aço) para Secretaria Municipal de Promoção Social da Prefeitura Municipal de São João de Meriti, nas condições do termo de referência, parte integrante do presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, corridos e começará a fluir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento do Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pela secretaria requisitante.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo vertente poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, § 1º da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento do Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pela secretaria requisitante.





### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas na requisição, da folha suplementar e instrumento convocatório.

### CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

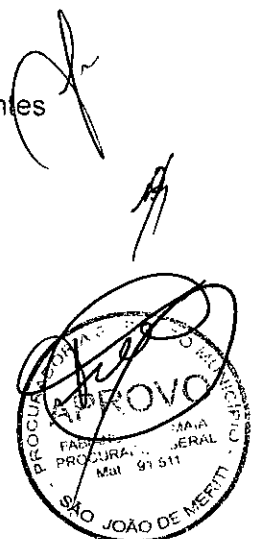
Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) fornecer, os produtos de acordo com as normas de materiais e com estrita observância do instrumento convocatório, da legislação vigente, e da ata de registro de preço;
- b) entregar, os produtos no endereço constante ao instrumento convocatório;
- c) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- d) cumprir, todas as obrigações impostas pelo edital e seus anexos;
- e) promover, por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital;
- f) iniciar e concluir, as entregas dos materiais nos prazos estipulados;
- g) aceitar, os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados na lei 8.666/93;
- h) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas.

### CLAUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2016, assim classificados:

- a) Natureza das Despesas: 5 – Compras.
- b) Fonte de Recurso: 17.01 – FNAS.
- c) Programa de Trabalho: 25 – Erradicação de Trabalho Infantil.
- d) Nota de Empenho: 79
- e) Elemento de Despesa: 4.4.9.0.52.01





f) Valor do Empenho: R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta reais).

#### CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta reais) na forma da ata de julgamento da Sessão do Pregão Presencial nº 037/2015 e com base na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, além da ata de registro de preço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas conseqüências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros representantes da **CONTRATANTE** especialmente indicado pela Secretária Municipal de Promoção Social da Cidade de São João de Meriti-RJ, que integrará o processo administrativo que originou o presente contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade da prestação do serviço com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade da prestação do serviço e consequente aceitação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O preposto da **CONTRATANTE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não excluem ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração Pública Municipal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

#### CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta reais), a ser realizado conforme cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente a ser fornecida pela **CONTRATADA** independentemente de notificação escrita ou verbal.

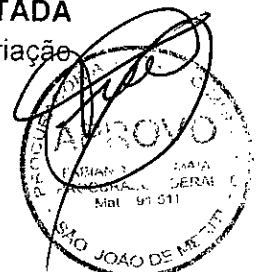
**PARÁGRAFO PRIMEIRO-** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento a Secretaria Municipal de Fazenda da Cidade de São João de Meriti-RJ, situada no prédio da Prefeitura de São João de Meriti-RJ, até 24 (vinte e quatro) horas após a prestação de serviço na forma da requisição, folha suplementar e instrumento convocatório, e da ata de registro de preço.

**PARÁGRAFO SEGUNDO-** Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo primeiro o prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO-** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO QUARTO-** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**PARÁGRAFO QUINTO-** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IPC-BR-FGV, que deverá retratar a variação.





efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, X, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO-** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO-** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em D.O.M

**PARÁGRAFO TERCEIRO-** Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

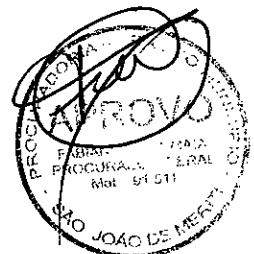
#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

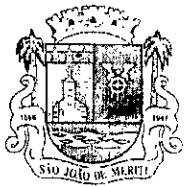
A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

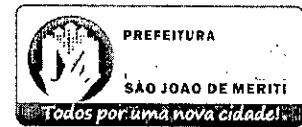
b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% vinte por cento.

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de São João de Meriti, por prazo não superior a 2 (dois) anos;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública da Cidade de São João de Meriti-RJ.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**- A sanção prevista na alínea b desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente à outra.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**- A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO QUARTO**- A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a **CONTRATADA** por perdas e danos das infrações cometidas.

**PARÁGRAFO QUINTO**- Além das sanções administrativas acima descritas, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO SEXTO**- A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Exmo. Prefeito da Cidade de São João de Meriti-RJ, devendo o órgão superior da entidade ou órgão **CONTRATANTE**, prolator da decisão inicial, remeter-lhe o respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias, para a obtenção de sua ratificação.

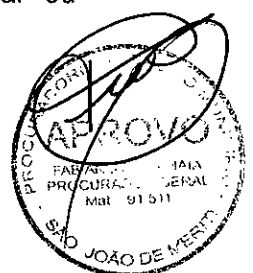
**PARÁGRAFO SÉTIMO**- O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

**PARÁGRAFO OITAVO**- Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão e Modernização Administrativa da Prefeitura da Cidade de São João de Meriti-RJ, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CONTRATANTE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**- A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no D.O.M.





**PARÁGRAFO SEGUNDO**– Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL**

A **CONTRATADA** devera apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato através de depósito o recolhimento da Garantia Contratual, correspondente a **5,0% (cinco por cento)** sobre o valor global do contrato, com vigência até o seu término.

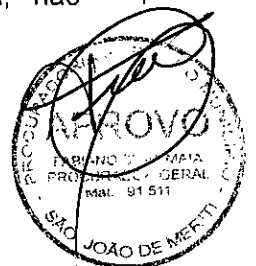
**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Dentro do prazo aludido no item anterior, a contratada deverá apresentar na Av., Presidente Lincoln nº 899 – 1º andar – Vilar dos Teles – São João de Meriti – Rio de Janeiro, a referida garantia e no prazo de 72 (setenta duas) horas após o recebimento em tela, deverá apresentar cópia do recibo devidamente pago a **SEMPROS - SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ.**, da secretária responsável pela fiscalização do contrato, para que a mesma seja juntada aos autos do processo administrativo.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** A critério da **CONTRATANTE** a garantia contratual poderá ser apresentada em uma das seguintes formas:

- a) Caução em dinheiro, ou em título da dívida pública;
- b) Fiança bancária;
- c) Seguro garantia.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** O Município de São João de Meriti, reserva-se o direito de descontar do valor caução, os valores correspondentes da multa por descumprimento da cláusula contratual e por atraso da etapa no cronograma físico-financeiro, caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que poderá ser descontada das faturas e, eventualmente cobrada judicialmente, nos termos estabelecidos no § 3º do artº., 86 da Lei Federal 8.666/93.

**PARAGRAFO QUARTO:** A restituição da garantia Contratual far-se-á 30 (trinta) dias após o cumprimento do contrato mediante requerimento da **CONTRATADA**, não incidindo correção monetária e observado o disposto na cláusula anterior.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**PARAGRAFO QUINTO:** As multas e outras importâncias devidas pela Contratada deverão ser recolhidas na Tesouraria da Prefeitura do Município de São João de Meriti/RJ., no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento pela **CONTRATADA** do aviso relativo ao ato de sua imposição.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTO: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO-** Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no D.O.M.

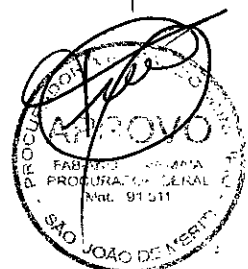
**PARÁGRAFO ÚNICO-** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO-** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

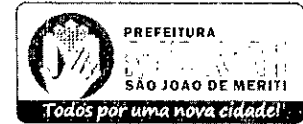
**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no D.O.M. correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, pela Secretaria Municipal de Controle Interno da Prefeitura de São João de Meriti-RJ, cópia do contrato até o 05 (quinto) dia útil seguinte ao da sua assinatura, em conformidade com as Deliberações nº 261 e 262 do TCE/RJ, para conhecimento.

**PARÁGRAFO ÚNICO**– O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade de São João de Meriti, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

São João de Meriti, 12 de Abri de 2016.

  
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PREFEITO SANDRO MATOS PEREIRA  
CONTRATANTE

  
IGÓR SANTOS DE APULA  
FIX OFICCE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1) NOME: Shirley Maria Romulo dos Santos Gaurge

C. I.: 30858333 ; E CPF: 073 287 667 42

2) NOME: Edaine Monteiro

C. I.: 257939413 ; E CPF: 14518233712



V - analisar e emitir pareceres sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional;

VI - estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino no Município;

VII - traçar normas para os planos municipais de aplicação de recursos em educação;

VIII - manter intercâmbio com os conselhos nacional, estaduais e municipais de educação, bem como com conselhos e instituições afins;

IX - promover diligência, por meio de comissões especiais, em qualquer dos estabelecimentos de ensino sujeitos à jurisdição desta Lei, propondo as medidas cabíveis e, quando necessário, encaminhando a questão aos órgãos competentes para as providências necessárias;

X - emitir pareceres sobre a autorização de funcionamento de estabelecimentos de educação e ensino do sistema municipal de ensino; e

XI - estimular a participação da comunidade nas discussões referentes às políticas públicas para o sistema municipal de ensino.

Art. 2º - O art. 4º passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação é constituído por 12 (doze) membros nomeados pelo Prefeito, escolhidos entre pessoas de comprovada atuação na área educacional e de relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 3º - O art. 5º passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - A composição Conselho Municipal de Educação acontecerá por 6 (seis) representantes do Poder Público Municipal, de livre escolha do Prefeito e 6 (seis) representantes de entidades legalmente constituídas, com atuação no Município, que congreguem usuários, entidades mantenedoras do ensino e profissionais da educação.

§ 1º - Sem Alteração.

§ 2º - Sem Alteração.

§ 3º - Dentre os membros nomeados pelo Prefeito, a que se refere ao caput do artigo, serão constituído um representante do Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, um representante da Coordenadoria de Legislação e Normas, um representante da Coordenadoria de Supervisão Educacional, dois representantes da Coordenadoria de Ensino e um representante dos Gestores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º - O art. 6º passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º - Terão representação no Conselho Municipal de Educação, um membro de cada um dos seguintes órgãos, entidades e associações:

I - Representante da Casa da Cultura, que não tenha vínculo funcional governamental;

II - Representante dos pais do Conselho Escolar da Rede Municipal de Ensino, eleito em assembleia;

III - Representante de Instituição Universitária com sede no Município;

IV - Representante do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino - SINEP, do Município de São João de Meriti;

V - Representante do Conselho Tutelar do Município, que não tenha vínculo funcional governamental;

VI - Representante do Conselho de Entidades Populares do Município - ABM

Art. 5º - O art. 7º passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º - O mandato de Conselheiro será de 4 (quatro) anos, admitindo-se uma recondução por um período de 02 (dois) anos.

§ 1º - Sem Alteração.

§ 2º - O mandato de qualquer Conselheiro será considerado extinto nos casos de renúncia expressa ou tácita, configurando-se esta última pela ausência por mais de 3 (três) reuniões consecutivas, sem justificativas nas Plenárias.

§ 3º - Caso haja renúncia explícita de representação por algum órgão, entidade e associação que compõe o conselho, caberá ao Prefeito efetuar a substituição.

Art. 6º - Altera-se a redação do § 1º do Art. 8º:

§ 1º - Haverá 02 (duas) Sessões Ordinárias mensalmente e poderão ocorrer, no máximo, 02 (duas) Sessões Extraordinárias de acordo com a demanda e necessidades.

**CAPÍTULO III**  
Da Estrutura Básica

Art. 7º - O art. 9º passa a ter a seguinte redação:  
Art. 9º - O Conselho Municipal de Educação se constitui basicamente pela seguinte estrutura:

- I - Presidência;
- II - Vice-Presidência;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Assessoria Consultiva;
- V - Assistência Técnica Administrativa;
- VI - Câmaras:
  - a. Câmara da Educação Infantil;
  - b. Câmara do Ensino Fundamental;
  - c. Câmara da Educação de Jovens e Adultos;
  - d. Câmara da Educação Especial;
  - e. Câmara de Legislação e Normas

§ 1º - Sem alteração.

Art. 8º - O art. 11 passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 - São os seguintes os titulares responsáveis pela direção e assessoramento dos órgãos da estrutura básica do Conselho:

- I - da Presidência: um Presidente;
- II - da Vice-Presidência: um Vice-Presidente;
- III - da Secretaria Executiva: um Secretário Executivo;
- IV - da Assessoria Consultiva: um assessor;
- V - da Assistência Técnica Administrativa: um assistente;
- VI - das Câmaras: um presidente para cada câmara;
- VII - das Comissões: um presidente para cada comissão.

Art. 9º - O art. 23 passa a ter a seguinte redação:

Art. 23 - O Regimento Interno do Conselho, alterado pela Lei nº 1305 de dezembro de 2004 deverá ser revisto no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, devendo ser aprovado por maioria do colegiado.

Art. 10 - O art. 24 passa a ter a seguinte redação:

Art. 24 - Ficam criados os 12 (doze) cargos de Conselheiros (as), o de Secretário (a) Executivo (a), o de Assessor (a) Consultivo (a) e o de Assistente Técnico Administrativo, citados nos artigos 10 e 11, que farão jus a Cargo em Comissão, conforme dotação orçamentária e com o autorizo do Executivo.

Art. 11 - Fica estabelecido que o Secretário Municipal de Educação deverá participar, a cada três meses, de uma sessão do Conselho Municipal de Educação.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sandro Matos, Prefeito

**PROCURADORIA GERAL**

**EXTRATO DE ADITIVO/CONTRATO**

Instrumento: Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 029/2013.

Partes: Prefeitura da Cidade de São João de Meriti, como contratante, e Empresa CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS Ltda., como contratada.

Objeto: Fica alterada a décima sétima cláusula, através da readequação da planilha de orçamento, no que tange a retirada do item da construção do vestuário da primeira planilha de reorçamentação, sendo assim, a alteração desonera o contrato em vigor no seu valor para menor.

Valor: Decréscimo ao contrato Administrativo nº 029/2013, no percentual de 13% na forma das planilhas apresentadas fls., 60, no valor de R\$ 204.086,00 (duzentos e quatro mil, oitenta e seis reais).

Fundamento: Proc. 1.905/2016 e Lei 8666/93.  
Assinatura do Termo: 15/04/2016.

PROCURADORIA GERAL

**EXTRATO DE CONTRATO**

Instrumento: Termo de Contrato nº 017/2016.  
Partes: Prefeitura da Cidade de São João de Meriti, como Contratante, e Empresa Fix Ónce Comércio e Serviços Eireli - ME, como Contratada.

Objeto: Para aquisição de móvel de escritório (armário de aço), para Secretaria de Promoção Social da Prefeitura de São João de Meriti/RJ.

Valor: R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta reais).

Prazo: 30 (trinta) dias.

Nota de Empenho: 01

Fundamento: Proc. 7.517/2014 e Lei 8666/93.

Assinatura do Termo: 12/04/2016.

PROCURADORIA GERAL

**EXTRATO DE CONTRATO/CONVÊNIO**

Instrumento: Convênio nº 01/2016.  
Partes: Prefeitura da Cidade de São João de Meriti, como conveniente, e Centro Social Phenix, como conveniada.

Objeto: Para Realização do Projeto Poesia e Prosa: o direito a infância de forma lúdica.

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Prazo: 12 (doze) meses.

Nota de Empenho: 01

Fundamento: Proc. 14.278/2013 e Lei 8666/93.

Assinatura do Termo: 13/04/2016.

PROCURADORIA GERAL

**PODER LEGISLATIVO**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1790, DE 29 DE MARÇO DE 2016.

"Concede Medalha de Honra ao Mérito Esportivo."

Autor: Emilson Xexéu

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI, no uso de suas atribuições aprova o seguinte

**D E C R E T O :**

Art. 1º - Fica concedido Medalha de Honra ao Mérito Esportivo ao Sr. TADEU MENDES VIEIRA DE CARVALHO.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de Março de 2016.

Carlos Roberto Rodrigues  
Presidente

Rogério de Macedo Fernandes  
1º Vice-Presidente

Giovani Leite de Abreu  
2º Vice-Presidente

Roberta Ferreira Queiroz  
1ª Secretária

Aldilys Hungria Toledo  
2ª Secretária

**Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**  
**Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS) - Módulo Captura**

Retornar a Tela Anterior

Competência - 04/2016

\* Contrato em Elaboração

Nº do Contrato (c/ano)

017/2016

Tipo de Contrato

Compras através do Sist. Reg. de Preços

CPF/CNPJ

21118982000190

Tipo de Pessoa

Jurídica

Anterior ao SIGFIS

Nome

EMPRESA FIX OFICCE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

Objeto

Aquisição de Móvel de Escritório ( Armário de Aço).

Tipo de Moeda

Real

Valor

4.740,00

Licitação

NÃO APLICÁVEL

Ato de Adesão / Dispensa / Ine

-- Selecione --

Data Assinatura

12/04/2016

Dt. Início Execução

12/04/2016

Dt. Término Contrato

12/05/2016

Situação:

Em Elaboração

Data Publicação

18/04/2016

Imprensa Oficial

DOM

Exame Prévio Ass. Jurídica

Sim  Não

Certifico e dou fé que as informações digitadas no sistema e encaminhadas de forma eletrônica conferem com os originais que constam do processo administrativo originário.

Salvar

Excluir

Voltar

Aditivo

Rescisão

Enviar dados para a Deliberação 26.2